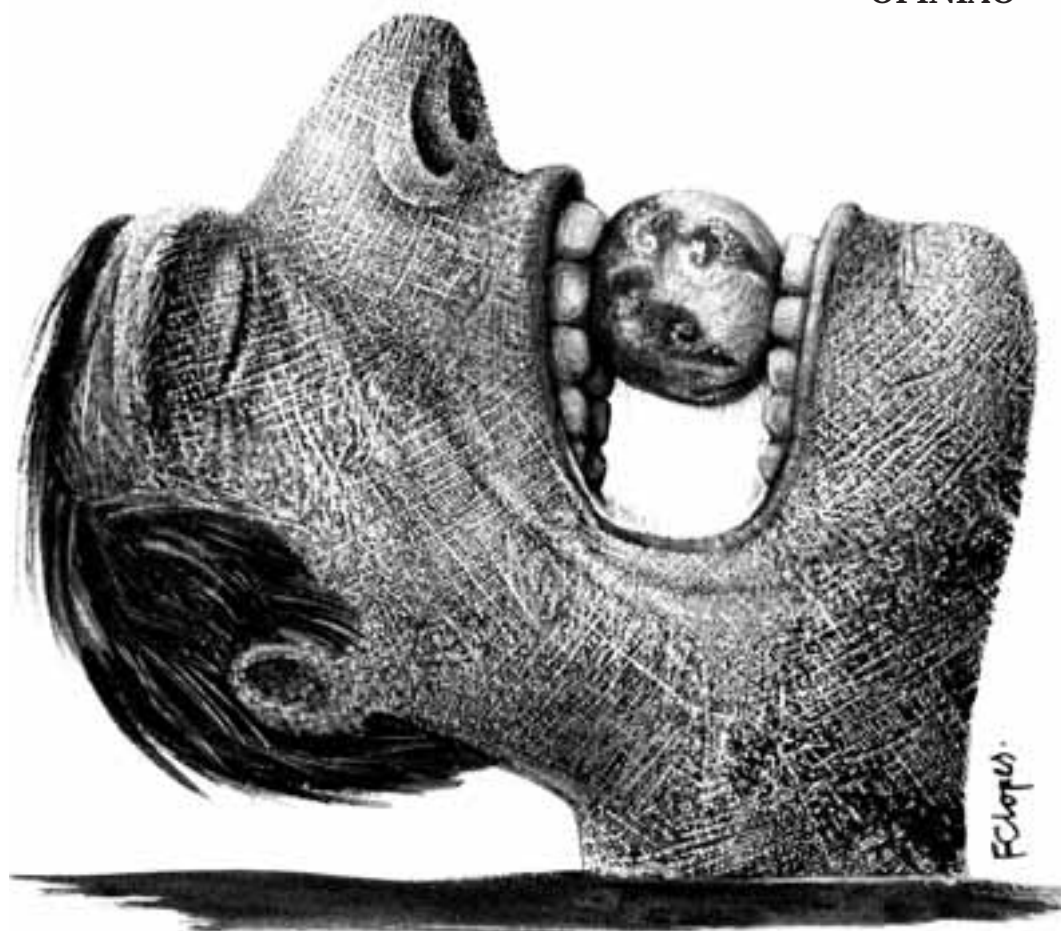


OPINIÃO



Responsabilidade ambiental

JOANA BICALHO

Mestre e doutoranda com ênfase de estudo em marketing e comunicação para a sustentabilidade, professora do UniCeub e da UnB, multiplicadora do Instituto Ethos de Responsabilidade Social Empresarial
joanabicalho@uol.com.br

O consumo inconsciente e desenfreado, estimulado pela propaganda e pelo marketing, tem levado a cadeia produtiva a causar forte impacto ao meio ambiente. Modos de vida baseados no ato de não se saciar fazem que o consumo dos recursos naturais supere a capacidade de a Terra regenerar-se.

A criação de embalagens descartáveis, com desígnios que bem vendem o produto, mas comprometem a conservação do meio ambiente, é exemplo de atividade publicitária que exige mudança. A exploração dos recursos naturais na velocidade maior que a capacidade de renovação, os resíduos gerados na linha de produção ou o longo ciclo de vida da embalagem de difícil degeneração devolvem à natureza elementos comprometedores. Como lembra o Instituto Akatu, o mundo produz o equivalente a 10 montanhas como o Pão-de-Açúcar, do Rio de Janeiro, de lixo domiciliar diariamente.

Aos poucos, jornais, revistas e televisão aumentam o espaço em suas linhas editoriais a favor de relatos sobre danos empresariais ao meio ambiente. Os consumidores, com tantos produtos semelhantes ofertados, começam a cobrar valores éticos empresariais na escolha das marcas a consumir. Estratégias criativas e com responsabilidade social têm levado pequenas, médias e grandes empresas

a ser mais benquistas pelos consumidores, pois demonstram estar atentas à qualidade de vida no futuro.

O gosto e a vontade do cliente têm sido constantemente estudados pelas empresas que pretendem manter-se e crescer no mercado. A concorrência traz a necessidade de criação de diferencial competitivo que conquiste a preferência dos consumidores. Essa busca já esteve bastante relacionada com sonalização de produtos e serviços. Mas, hoje, nenhum desses aspectos representa ineditismo. A imagem da empresa passa a ser fator decisivo de compra para parcela maior da sociedade.

A cada dia, aumenta o número de clientes e consumidores querendo ter a certeza de que a qualidade de vida não está comprometida pelos interesses empresariais. A pressão dos stakeholders — ONGs, comunidade, compradores e governo —, a consciência empresarial, a conquista de diferencial competitivo, a redução de custos e a abertura de mercado para exportação têm, assim, estimulado a busca por atuação de responsabilidade social.

Existem várias maneiras de uma empresa mostrar-se atuante em relação à conservação do meio ambiente e solidária quanto à garantia de vida futura saudável no planeta, como ampliar a cultura da empresa; cuidar do design das embalagens; patrocinar ações de ONGs, instituições; levantar dados estatísticos a respeito do impacto causado ao meio ambiente; capacitar agentes ambientais para a resolução de problemas socioambientais; implantar sistemas de gestão ambiental (SGA) com vistas à melhoria contínua do desempenho ambiental; atuar junto a fornece-

dores; promover ações educativas junto a funcionários.

A ordem é combinar qualidade, preço e imagem com compromisso de responsabilidade social empresarial. A prova disso é a quantidade de propagandas que promovem a auto-imagem de empresa ética. Argumentos “verdes” como diferencial de marca são cada vez mais utilizados nas comunicações e nas estratégias dos profissionais de publicidade e marketing, tais como os símbolos de reciclagem nas embalagens; os selos verdes; a divulgação da conquista de certificação de sistemas de gestão ambiental; a divulgação de programas de educação ambiental em comunidades; o apoio a projetos voltados para a conservação do meio ambiente; entre outros.

Desde a última década, autores passaram a orientar a inclusão da responsabilidade social na imagem das empresas. É o caso dos conceitos de marketing societal (Kotler, 2000), de marketing social (Pringle; Thompson, 2000), de marketing verde (Ottman, 1999), de marketing sustentável (Fuller, 1999), de marketing ambiental (Coddington, 1992) e de marketing para a sustentabilidade (Almeida, 2002).

As áreas de propaganda e de marketing podem utilizar o grande poder de persuasão para vir a ser grandes contribuintes na conservação do meio ambiente. Necessário faz-se, para isso, incluir a análise do comprometimento ambiental na verificação do custo X benefício de uma idéia criativa e propor aos clientes ações de marketing e comunicação social que levem em conta a sustentabilidade do planeta.

Criminalização da polícia

ALEXANDRE PEREIRA ROCHA

Policial civil do DF mestre em ciência política pela UnB
alxroch@yahoo.com.br

A violência urbana a cada dia faz mais vítimas, sobretudo nas grandes cidades brasileiras. Vidas humanas são perdidas numa guerra insana, numa luta sem causa e sem heróis. Pesquisas, jornais, revistas, noticiários, prosas de vizinhos, em todo lugar o assunto recorrente é a criminalidade. Decerto, a questão que todos se fazem: quem é ou quem são os culpados pelo descontrole da violência?

Num momento apropriado, o Núcleo de Estudos da Violência (NEV-USP) apresenta o Terceiro Relatório Nacional de Direitos Humanos. O diagnóstico é pessimista, pois afirma que “de 2002 a 2005, houve um recesso no desenvolvimento de políticas de proteção e promoção dos direitos humanos no Brasil.” Ou seja: o Estado brasileiro foi precário no fomento de políticas de valorização da vida humana. A burla aos direitos humanos se processa de várias formas e todas devem ser rechaçadas. Entre essas formas, a mais obscura é a violência, porque geralmente atinge pessoas marginalizadas, minorias, pobres, pretos, crianças, mulheres, homossexuais etc.

Assim, a resposta para nossa questão inicial é o Estado ou o governo. O primeiro é aquele perene, o segundo é aquele transitório; seja como for é difícil visualizá-los ou denominá-los. Afinal, alguém vê o Estado? Não. Então, sobra o governo. Contudo, algum governo assume suas falhas? Difícilmente. Em regra atribuem as mazelas aos seus antecessores. Nesse dilema, muita das vezes a culpa

recai sobre aqueles que justamente combatem a criminalidade: os policiais. Porquanto, o recrudescimento da violência é correlacionado à ineficácia da instituição policial, não do Estado ou dos governos.

No relatório da NEV-USP, um dos dados indica que a polícia é acusada de uso excessivo de força letal, execuções, torturas e corrupção. Promove a violência, e esse fenômeno é verificado em todos os estados, com mais ênfase nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Então esse seria o perfil da polícia brasileira: violenta, ineficaz e corrupta. Analisemos cada um desses itens, para mostrar o equívoco cometido pelos que ignoraram a realidade da atividade policial.

A polícia é violenta. Esse argumento desconsidera que a violência é instrumento policial. Por definição, polícia é a função do Estado que visa pôr em ação as limitações que a lei impõe à liberdade dos indivíduos e dos grupos para salvaguarda e manutenção da ordem pública. O Estado detém o monopólio da violência e a exerce em parte através da polícia. O problema é quando a violência ultrapassa a tênue barreira do crime. Quando o uso da força se transforma em vingança. Nesse caso, abusos, torturas e execuções, ocupam o lugar da investigação. Contudo, quem os pratica já não é mais policial, porém criminoso.

A polícia é ineficaz. Todos exigem da instituição policial o combate e a elucidação dos crimes; mas, tacham-na de despreparada. O principal argumento é que falta inteligência para nossas polícias. Todavia, é difícil ser inteligente sem instrumentos adequados, sem pessoal qualificado e, sobretudo, sem legislações específicas que assegurem a investiga-

ção. Enquanto a polícia pauta-se em procedimentos legais e jurídicos, os criminosos agem livres de qualquer preceito.

A polícia é corrupta. A corrupção é nódoa que macula tantas instituições brasileiras, a polícia é mais uma delas. Contudo, não é a instituição, porém o indivíduo que se apropria das prerrogativas institucionais e age em benefício próprio. Aqui, novamente não se tem o policial, apenas o criminoso. A instituição policial tem como lema garantir a segurança e a incolumidade da sociedade, fato que não se coaduna com a corrupção.

A violência ofende os direitos humanos, e a polícia é alcinhada disso. Entretanto, ela é constituída por pessoas, as quais também estão nesse turbilhão de criminalidade. O policial não pode eximir-se de arriscar cotidianamente a vida, mesmo que não tenha condições para exercer as funções. Essa realidade forjou uma polícia que também é vítima. Ora, numa única semana 12 policiais militares foram executados por bandidos no Rio de Janeiro. Eles eram trabalhadores que tiveram o fundamental direito humano violado, ou seja, a vida.

No Brasil o fenômeno da violência não se restringe à questão da segurança pública, não depende exclusivamente da presença policial. Mesmo assim, o destaque é que a polícia é violenta, ineficaz e corrupta. No entanto, isso são distorções de nosso Estado, conseqüências de tantos governos malsucedidos, não particularidade da instituição policial. A criminalização da polícia não ajuda resolver o problema da violência, tampouco erige o atalaia que a sociedade necessita e almeja; tão-somente oculta os verdadeiros culpados.


ARI CUNHA
visto, lido e ouvido
Desde 1960

ari.cunha@correioweb.com.br
com Circe Cunha // circe.cunha@correioweb.com.br

Juro baixo

Pior que o subsídio europeu é o que o governo está fazendo com os agricultores no Brasil. O Ministério do Desenvolvimento Agrário aliou-se à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar e Movimento dos Pequenos Agricultores. Dessa união saiu o privilégio de empréstimos com abatimento de 40%, em comparação às taxas de hoje. A medida vai alcançar 1,1 milhão de agricultores, e o dinheiro sairá do Banco do Brasil a partir de 1º de abril. Não se sabe como essas operações serão capitaneadas de maneira a que outras profissões não venham exigir as mesmas vantagens. Depois que o presidente Lula chamou os usineiros de heróis do Brasil e do mundo, poderá ter aberto outra janela, considerando que eles também vivem da agricultura. Reinaldo Yokoyama, diretor de Agronegócios do Banco do Brasil, defende a inclusão dos agricultores no acesso a serviços bancários comuns a correntistas urbanos, usufruindo dessas vantagens. Para Adoniran Peraci, secretário de Agricultura Familiar do MDA, a redução das tarifas estimula movimentos sociais e de agricultores familiares. O caminho está aberto, e o caixa também. Não se conhece o total do dinheiro a ser empregado. Mas dinheiro há, e muito.

A FRASE QUE FOI PRONUNCIADA

“CPI do Pan-Americano é coisa de brasileiro. Só pode ser farofa.”

Walter Ferreira, revoltado com as mariposas em busca de holofotes.

Mistério

Faltou o fato determinante para a instalação da CPI do apagão aéreo. Revoltado, o senador Agripino Maia cita o caos nos aeroportos e quer constituir comissão no Senado. O que se tenta entender é que o governo não aceita a CPI por falta de argumentos, mas criou um gabinete para avaliar a crise aérea.

Gol

Se foram mil ou não, já não é mais a questão. Quando Romário esteve no Senado para participar de audiência pública no Dia Internacional da Síndrome de Down, a bola estava na rede. O assédio ao jogador foi tão intenso que quase derrubaram os mestros perto da presidência do Senado.

Respeito

Piora a cada dia o atendimento ao público em Brasília. Na administração do cursinho pré-vestibular Alub, se o telefone tocar, quem estiver em frente à secretária perde a chance de ser atendido. O mesmo problema é constatado nos centros comerciais, postos e clínicas de saúde. A falta de treinamento do pessoal é visível e prejudicial ao empreendimento.

Voz

Maria Carolina, com síndrome de Down, foi ouvida na audiência conjunta da Comissão de Direitos Humanos e Assuntos Sociais do Senado. Depoimentos de pais, mães, artistas e políticos são co-

muns. Mas essa foi a primeira vez que o maior interessado teve vez e voz. Mérito dos senadores Flávio Arns, Paulo Paim, Eduardo Azeredo e Renan Calheiros.

Iraque

Samuel Pinheiro Guimarães e o ministro Celso Amorim recomendaram ao senador Eduardo Suplicy que adiasse a ida ao Iraque. Bombas e seqüestros começam a acontecer até na zona verde. Suplicy levaria a proposta de renda básica para a reconstrução do Iraque, mas teve que desistir.

Arthur

contra Artur

Arthur Virgílio avisou que vai trazer ao conhecimento da sociedade assuntos bombásticos sobre o papa-tudo. Artur Falk, conhecido como o megalopoliólogo quando as maracutaías do papa-tudo vieram à tona no ano passado, deve perder a paz. Recebeu sentença de nove anos de reclusão. Estava preso na Polinter por crime contra o sistema financeiro. Graças a um habeas corpus está em liberdade.

Interesses

Começa a sair do papel o superplebiscito. A Comissão de Justiça do Senado aprovou o projeto que levará à população assuntos como o aborto, fim do voto obrigatório, união de homossexuais. Se o gasto compensasse com resultados positivos, até valeria a pena.

HISTÓRIA DE BRASÍLIA

Já começou a chegar o equipamento para a estação de tratamento de esgoto. Está aí, também, uma equipe de engenheiros ingleses, que veio assistir à montagem e fazer as primeiras demonstrações. (Publicado em 17/11/1960)